

DOSSIÊ “ESTRATÉGIAS PARA UMA AGENDA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL”

APRESENTAÇÃO

O debate sobre segurança alimentar tem atraído interesse de estudiosos do meio acadêmico em desvendar suas dimensões, assim como de governantes e instituições globais em formular políticas públicas e estratégias visando mitigar o problema da fome e subnutrição que afetam centenas de milhões de pessoas. Embora considerado um direito desde a declaração dos direitos humanos em 1948, foi no *World Food Summit*, em 1996, que a noção de segurança alimentar ganhou visibilidade, quando foi caracterizada por situações em que todas as pessoas, durante todo o tempo, têm acesso físico e econômico a alimentos nutritivos que contribuam para uma vida ativa e saudável. No entanto, tal definição não contemplou criticamente os efeitos negativos da crescente proeminência dos mercados e da difusão de políticas neoliberais de ajuste estrutural estimulada por organismos multilaterais e por corporações multinacionais. Estes, na realidade, são determinantes, em última instância, do quadro de insegurança alimentar para o qual contribuem preocupantes índices de obesidade, derivados do consumo de alimentos produzidos pela indústria.

De forma diversa, o sentido de segurança alimentar foi ampliado através de uma agenda contra-hegemônica formulada em torno da noção de soberania alimentar, enraizada em movimentos sociais e ONGs articulados internacionalmente. Seu foco está na necessidade de reverter o agravamento incontestável de fome e pobreza, simultâneas ao consumo excessivo de alimentos industrializados, mazelas de um sistema agroalimentar que expande ancorado em princípios neoliberais, ao mesmo tempo em que o Estado se enfraquece na execução de políticas compensatórias. Nesse sentido, a noção de soberania alimentar desafia a globalização dos mercados e do sistema agroalimentar, resgatando a alimentação como direito, associado à autonomia dos países para alimentar sua população, à valorização de sistemas agroalimentares e práticas locais, à distribuição equitativa da posse da terra, à proteção dos recursos naturais etc. A alimentação é vista à luz da justiça social envolvendo o direito de produtores e suas comunidades de controlar seus próprios recursos e garantir a regularidade de abastecimento. A construção dessa agenda alternativa, contestando a ordem alimentar vigente, é, portanto, uma reação ao estado de insegurança alimentar que desafia governantes e instituições.

Com base nessa reflexão, os artigos apresentados neste volume tratam de diferentes aspectos do complexo tema da (in)segurança alimentar. Ao discutir os contornos da ordem alimentar mundial sob a hegemonia dos mercados, uma conexão direta entre a insegurança alimentar e a ampliação das desigualdades sociais é inicialmente apresentada, mostrando como o modelo econômico dominante tem sido incapaz de distribuir os benefícios do processo de acumulação e crescimento. Ainda no plano global, a regulação do comércio é analisada à luz da crítica ao liberalismo nas relações internacionais, equivocadamente considerado um caminho para o desenvolvimento. A expectativa de que a Organização

Mundial do Comércio contribua para a agenda da segurança alimentar, no âmbito da Rodada Doha, foi frustrada após a aprovação de uma cláusula que permite aos países em desenvolvimento protegerem suas agriculturas para atender necessidades alimentares nacionais. Numa outra frente, atenção é dada ao protagonismo da sociedade civil na construção de um marco legal do Direito Humano à Alimentação Adequada, de forma a estabelecer controle social sobre o sistema de justiça. Aquele direito é, assim, discutido à luz do diálogo entre a sociedade organizada e o Estado para fins da adequação das políticas públicas voltadas à alimentação resguardando a necessidade expressa democraticamente pelos movimentos sociais organizados. Há aqui uma sintonia com o conceito de soberania alimentar que enfatiza o direito das pessoas e comunidades ao alimento, acima do comércio.

O uso de alimentos para produção de combustíveis é uma das questões amplamente debatidas atualmente. Este conflito é tratado com o argumento de que a produção de biocombustíveis pode ser expandida através do processamento de biomassa lignocelulósica sem afetar negativamente a produção e oferta de alimentos. No campo específico das alternativas tecnológicas, ao criticar o modelo agrícola e alimentar dominante, outro artigo, recorrendo à teoria sociológica, explora o subcampo ecológico, com ênfase no protagonismo de movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como agente político capaz de promover segurança e soberania alimentar através da agricultura ecológica.

Dando ênfase aos agentes sociais na construção de uma estratégia de segurança alimentar, também no sentido contra-hegemônico, a organização de feiras orgânicas agroecológicas é analisada como parte da política de abastecimento no município de Curitiba. A participação das famílias de agricultores e feirantes para a execução de tal política é destacada, numa demonstração clara da importância da articulação entre Estado e sociedade civil para a segurança alimentar no plano local. No campo das políticas públicas para a agricultura familiar, responsável pela maior parte da oferta de alimentos no Brasil, analisa-se o PRONAF, principal política agrícola voltada para esta categoria social. Tal política vem sofrendo mudanças devido a um aumento de crédito para a produção de *commodities* exportáveis em detrimento de produtos alimentares básicos. O aumento de renda daí derivado permite melhores condições de segurança alimentar entre os agricultores, mas pode prejudicar as condições de oferta de alimentos para a população como um todo. No mesmo sentido, o Programa de Aquisição de Alimentos, uma política pública de grande relevância para a agenda de segurança alimentar desde 2003, é também objeto de análise. Esta política tem sido capaz de articular os interesses e necessidades de agricultores familiares, reunidos em cooperativas, de um lado, e de consumidores em condições de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, de outro. Por fim, é sabido que o estado de insegurança alimentar tem se mostrado de forma mais dramática entre crianças, com repercussões inevitáveis em sua formação e capacidade de aprendizado. Essa questão é tratada em análise sobre alimentação escolar no Estado do Paraná, com destaque para avanços e retrocessos em tal política e para as repercussões sobre a segurança alimentar no ambiente escolar e entre agricultores familiares responsáveis pelo abastecimento.

Embora os artigos aqui reunidos tratem de questões específicas, seus autores foram motivados pelas mesmas inquietações oriundas do preocupante contexto de insegurança alimentar que tem se perpetuado sistemicamente como um traço estrutural da sociedade contemporânea. Sem a pretensão de exaurir a complexidade dessa questão, este trabalho contribui tanto para sua compreensão quanto para explicitar iniciativas importantes que buscam superar, mesmo que pontualmente, os sérios problemas da fome e subnutrição, inconcebíveis para os tempos atuais. Por fim, deve ser registrado que os objetivos inicialmente traçados para este número da *Revista Paranaense de Desenvolvimento* não seriam atingidos sem o imprescindível apoio do IPARDES, e do editor desta publicação, que acolheu esta proposta, proporcionando o meio para que o tema da segurança alimentar ganhasse a necessária visibilidade.

Nilson de Paula
Organizador